

Usos da ceroplastia na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (1930-1950)¹

Uses of ceroplastics at the Faculty of Medicine, São Paulo (1930-1950)

André Mota

Departamento de Medicina Preventiva, Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo
amota@museu.fm.usp.br

Jorge Augusto Carreta

FACAMP, Faculdades de Campinas, São Paulo
jorgecarreta@yahoo.com.br

1 - Este artigo traz uma versão modificada de parte de artigo publicado na revista brasileira *História, Ciência, Saúde – Manguinhos* com o título “A ceroplastia e a medicina legal na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, 1934-1950”. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro, 2016.

Resumo

Este artigo tem por objetivo apresentar os usos da ceroplastia na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo entre os anos 1930 e 1950. As peças em cera, representando condições patológicas, foram produzidas pelo artista Augusto Esteves, contratado junto às cátedras de Dermatologia e Medicina Legal. O uso inicial das peças era essencialmente didático, mas consideramos que tal dimensão foi extrapolada, podendo-se atribuir às peças outras “funções simbólicas”. Especialmente a produção sobre a Medicina Legal permite reflexões acerca da importância do uso das peças de cera no processo de delimitação da especialidade e, conseqüentemente, de sua aceitação e consolidação dentro da instituição. Pode-se perceber que a maioria dos temas que, naquele momento, eram reivindicados pela Medicina Legal foram transferidos para a cera de maneira exemplar. É possível, portanto, supor que a ceroplastia foi parte das estratégias de construção dessas especialidades médicas dentro da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

Palavras Chave:

Medicina legal, dermatologia, história, ceroplastia, especialidades médicas.

Abstract

This article aims to present the use of ceroplastics in the Faculty of Medicine, University of São Paulo between 1930 and 1950. The pieces in wax, representing pathological conditions, were produced by the artist Augusto Esteves, contracted to work for the chairs of Dermatology and Forensic Medicine. The initial use of wax pieces was essentially didactic, but we consider that this dimension was extrapolated and we can attribute to it "symbolic functions." Especially the production of the Forensic Medicine allows reflect on the importance of using wax pieces in specialty delimitation process and, consequently, its acceptance and consolidation within the institution. It can be noticed that most of the issues that, at that time, were claimed by the Forensic Medicine were transferred to the wax in an exemplary manner. We can therefore assume that the wax pieces were part of building strategies of these medical specialties within the Faculty of Medicine.

Key Words:

Forensic medicine, dermatology, history, ceroplastics, medical specialties.

Introdução

Entre os anos de 1960 e 1970, quando a Medicina Social abriu o debate acadêmico e social sobre os processos saúde-doença e as formas de organização das práticas sanitárias em sua visão interdisciplinar, identificou na História e em sua dimensão crítica, campo de saber fundamental. Nas palavras de Cecília Donnangelo, ao apresentar a primeira coletânea no Brasil sobre os aspectos teóricos e históricos da Medicina Social, haveria que ter seus estudiosos e defensores, uma atenção particular à dimensão histórica de sua constituição e dilemas, “apreendido e reconstruído, também, através da análise histórica”[1].

Tal empreendimento intelectual, produzido essencialmente por sociólogos e médicos, se distanciou da História da Medicina que vinha sendo difundida desde o século XIX, sob balizas ranquianas e positivistas do conhecimento histórico. Escrita quase sempre por médicos, “ordenavam fatos à luz de esquemas evolutivos que combinavam os marcos cronológicos da história política e administrativa brasileira com marcha ascendente dos conhecimentos rumo a uma história científica, eficaz, por obra, quase sempre, de vultos de importância nacional e local” [2].

Dessa forma, a Medicina Social buscava, no âmbito da saúde e das práticas médicas, a compreensão mais ampla da história da produção e difusão desses conhecimentos e práticas, não mais restringindo-se a uma investigação fechada sobre uma ideia repousada na concepção de um “irretocável” patrimônio científico e técnico, percebendo-os num contexto, onde um conjunto de fatores atuam e articulam-se entre si, inseparáveis das condições econômicas, sociais, políticas e culturais.

Mais particularmente, entre os historiadores, o impacto trazido pela tradição da *École des Annales*, entre os anos de 1970 e 1980, alargou todo um repertório de objetos, abordagens, ferramentas conceituais e fontes, originando então temas, metodologias, problemas e alternativas requalificadas por metodologias específicas da ciência histórica e de sua lógica. O território da geração da Medicina Social como George Rosen, Henry Sigerist e Entralgo sofreu incorporações importantes para essa produção, agora, também influenciados com maior profundidade pela Nova História:

“Questões pertinentes à raça e ao gênero, uma visão mais refinada de classes e categorias sociais, a atenção aos atores e particularismos locais passaram a informar os estudos sobre políticas, instituições e profissões de saúde. A história da medicina deixou de ser apenas a história dos médicos para se tornar também as dos doentes, e a história das doenças experimentou um verdadeiro *boom* historiográfico. O corpo, a infância, as sensibilidades, o meio-ambiente e outros objetos atenuaram as fronteiras entre a ciência da história e outras ciências humanas e naturais” [2].

Tal concepção de História da Medicina e da Saúde implicará na ampliação de seus métodos e, sobretudo, de suas fontes, trazendo como documento histórico, pistas, rastros possíveis que levem a compreensões capazes de repercutir, exemplarmente, as práticas dos médicos, quanto de seus pacientes, os seus espaços institucionais de ensino, pesquisa e trabalho, mas com a mesma força as práticas e representações do homem comum; os espaços de associações profissionais, sociedades científicas e periódicos, sem perder de vista o universo popular, suas formas de organização e sua leitura do mundo que o cerca.

Partindo, então, dessa necessidade mais ampla possível de documentos em seus vários tipos e origens, poderíamos citar os documentos administrativos e legislativos, como os documentos de caráter didático-pedagógico; os documentos de caráter acadêmico e iconográfico, bem como os documentos de viajantes, religiosos, naturalistas e cronistas; os documentos de caráter geográfico e corográfico e os documentos de divulgação médico-científica das publicações. Nossa pretensão aqui será a de identificar uma passagem desse campo mais formativo historiográfico, como também analítico, sobre um determinado tipo inédito de fonte histórica, no caso a ceroplastia, observando como ela pode ajudar a compreender a formação do campo médico em São Paulo nas primeiras décadas do século XX.

A compreensão desses lineamentos, ao se estudar a institucionalização da medicina e saúde pública paulistas, trará sempre novas perspectivas analíticas pelo encontro de fontes ainda não estudadas, ou como assinalou Michel de Certeau, por não deixar de ser a história também uma crítica [3]. Entenda-se por crítica, sob tal perspectiva, a possibilidade de investigar e atualizar os modos próprios de constituição dos saberes no que tange a vários aspectos: seus caminhos e desvios; os agentes e sua relação com a sociedade, lugares de produção e instituições reguladoras; modelos epistemológicos e técnicas; terrenos de atuação e tipos de prática.

A ceroplastia na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo

Entre os anos 1920 e 1930, a medicina paulista passa por importantes transformações. (4). Tem início um conjunto de transformações corporativas vinculadas à formação dos médicos e suas especialidades, no qual o pensamento clínico tornava-se preponderante no que diz respeito às questões médicas e de saúde pública. Graças à influência da Fundação Rockefeller, um novo modelo de ensino foi introduzido.³ Igualmente se observa nesse momento o colapso da medicina liberal, modelo caracterizado pelo trabalho artesanal e desenvolvido em consultório privado. Na esteira das mudanças promovidas na política de saúde após 1930, cuja marca distintiva era a centralização, a figura do médico

assalariado torna-se comum e aprofunda-se a discussão sobre as especialidades médicas [4].

Há o confronto entre a “nova” e a “velha” medicina: os novos médicos teriam esquecido o passado heróico da profissão e seus problemas fundamentais. Outra disputa teria se dado entre “antigos generalistas” e os “novos especialistas”. Como mostram Mota e Schraiber [4], ela “explicitava as mudanças de um profissional de conhecimento integral ao novo profissional, mais técnico e específico, apto às demandas tecno-assistenciais de acesso à assistência médica nos centros urbanos e rurais e com novas formas de produção social de serviços”. O Estado incorporava paulatinamente o trabalho médico. As áreas médicas lutavam para definir sua autonomia e seus objetos de intervenção. Segundo Gabriela Marinho [5], no caso de São Paulo, a especialidade foi a exigência para possibilitar políticas no campo da pesquisa, da clínica e das organizações profiláticas, que demandavam profissionais para questões específicas.

Foi nessas circunstâncias que surgiu a ceroplastia na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, sob os auspícios dos professores João de Aguiar Pupo (1890-1980) e Flaminio Favero (1895-1982), que comandavam, respectivamente, as cátedras de dermatologia e sifilografia e medicina legal. O encarregado pela confecção das peças foi Augusto Esteves (1891-1966), artista quase autodidata cuja carreira de modelador se iniciou com Vital Brazil no Instituto Butantan, em 1912.³ Ele também havia trabalhado como desenhista e ilustrador no Instituto Pinheiros, em São Paulo.

O contrato de Esteves começou em 1934 e ele ocupou uma sala na Santa Casa de Misericórdia, onde Aguiar Pupo também clinicava. Na clínica dermatológica, Esteves produziu cerca de 259 peças representando doenças de pele. [6]. Em 1937, o artista foi admitido no Instituto Oscar Freire por Flaminio Favero. Para a cátedra de medicina legal, fez cerca de 90 peças, além de inúmeros desenhos e planchas usadas em livros e aulas dos professores [6].

A ceroplastia na dermatologia

Nos anos 1930, a dermatologia e a medicina legal eram cadeiras relativamente recentes e lutavam para obter seu reconhecimento e definir seus objetos e campos de atuação. A cátedra de Clínica Dermatológica e Sifilografia teve a sua primeira aula ministrada pelo professor Adolpho Carlos Lindenberg, em 26 de fevereiro de 1916. O médico dirigia, desde 1907, o Serviço de Moléstias da pele da Santa Casa de São Paulo [7]. Em 1929, Aguiar Pupo assumiu a cátedra, após passar pelas cadeiras de Química Médica e Terapia. É importante destacar que à dermatologia agregava-se a sifilografia, ocupada em estudar a sífilis, doença venérea cujas manifestações cutâneas a tornavam alvo das atenções dos médicos que tratavam as afecções da pele.

Aguiar Pupo também se especializou no estudo da hanse-

níase e do pênfigo foliáceo, também conhecido como “fogo selvagem”, doença autoimune que provoca lesões dolorosas na pele de todo corpo. Augusto Esteves também produziu 21 peças representando tal afeção, hoje sob guarda do Museu Emílio Ribas, em São Paulo.

Não se sabe exatamente de quem foi a iniciativa de se produzir as peças em cera. No acervo do Museu Histórico da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo encontra-se uma carta de Aguiar Pupo dirigida ao médico dermatologista francês Ferdinand-Jean Darier, chefe do departamento clínico do Hôpital Saint-Louis entre 1909 e 1922, onde se encontra uma das mais importantes coleções ceroplásticas da Europa. Datada de 12 de julho de 1929, a carta sugere que os dois médicos se conheciam há algum tempo. Na carta, o médico francês é chamado por Pupo de “mestre”. De facto, Darier é considerado um dos nomes mais importantes da dermatologia francesa. Ele identificou a queratose folicular, afeção cutânea que ficou conhecida como “Doença de Darier”. Além disso, escreveu o *Précis de dermatologie* [8], livro-texto publicado originalmente em 1909, que se tornou referência para os estudiosos da especialidade.

Alguns trechos da carta de Pupo a Darier revela a provável filiação intelectual de Pupo à escola de dermatologia do Hôpital Saint-Louis. No primeiro deles, a admiração por Darier e pelo Saint-Louis é evidente:

Vossa Individualidade, cujo brilho eleva a celebridade da tradicional escola do Hôpital Saint-Louis constitui uma preciosa fonte de saber, que todos nós admiramos, em meio a numerosos trabalhos científicos com os quais o senhor contribuiu para o progresso da medicina universal. [9]

Em seguida, faz referência à descoberta da doença que recebeu o nome do dermatologista francês e aos muitos trabalhos científicos por ele publicados, exaltando a sua obra principal, o *Précis de dermatologie*, “livro espetacular que nós manipulamos, que nós lemos diariamente em nossas escolas de medicina”. Por fim, fica evidente a admiração pela ciência francesa:

Eu me sirvo da oportunidade, caro e distinto mestre, para traduzir os sentimentos de amizade e admiração que, nós brasileiros, consagramos a vossa pátria, a França imortal e gloriosa pelos feitos de sua poderosa intelectualidade latina. [9]

A relação entre Pupo e Darier fornece a pista para enten-

2 - Entre os pontos mais importantes desse modelo, pode-se destacar: a limitação do número de alunos por turma, ensino em tempo integral, a organização das disciplinas em departamentos e a vinculação do ensino clínico à estrutura do hospital escola.

3- Seu trabalho no Butantan consistia em produzir desenhos (ilustrou o livro de Vital Brazil, *A defesa conta o ofidismo*) e moldes de cobras em cera. Insatisfeito com os modelos importados da Alemanha, considerados imperfeitos e frágeis, Brazil incumbiu Esteves de moldar as peças a serem usadas em ensino e pesquisa. Esteves casou-se com Alvarina, filha de Vital Brazil, em 1920, e seguiu o cientista quando este deixou o instituto Butantan e fundou o Instituto Vital Brasil em Niterói, Rio de Janeiro.

dermos as peças ceroplásticas. O Hôpital Saint-Louis, como vimos, reúne enorme coleção de peças ceroplásticas de dermatologia. Em suas prováveis visitas à França, Aguiar Pupo conheceu essas peças e trouxe a ideia de montar um acervo próprio, priorizando a nosografia nacional. Há escassos registros dos usos dessas peças, mas supomos que eram utilizadas mormente em sala de aula. Apenas mais tarde elas se tornaram objetos de exposição.

A ceroplastia na medicina legal

O primeiro titular da cadeira de medicina legal da Faculdade de Medicina de São Paulo foi o médico baiano Oscar Freire de Carvalho, profundamente influenciado pelas ideias de Raimundo Nina Rodrigues, expoente da medicina legal na Faculdade de Medicina da Bahia [10]. As atividades da cátedra de medicina legal em São Paulo se iniciaram em 1918 e, paralelamente, Freire esforçou-se para construir o campo dessa disciplina por meio da fundação, em 1921, da Sociedade de Medicina Legal e Criminologia. A sociedade organizou conferências sobre a medicina legal, além de publicar a revista *Archivos da Sociedade Medicina Legal e Criminologia de São Paulo*, entre 1922 e 1959.⁴ Freire faleceu em 1923 e a cátedra foi assumida por seu discípulo Flaminio Favero, que levou adiante a tarefa de consolidar o ensino e a pesquisa no campo da medicina legal paulista.

A medicina legal do período era bastante compreensiva, como indica Ferla [11]. Tratava de temas variados, tais como identificação médico-legal e identificação judiciária, tanatologia, traumatologia, noções de polícia técnica, criminologia, hematologia, infortunística (que trata dos acidentes de trabalho), sexologia, medicina profissional e deontologia (ou ética médica). Favero vai encampá-los de tal maneira que acreditamos ser possível falar em um “programa” para medicina legal. Em sua extensa obra, tais temas estarão sempre presentes, sobretudo em *Medicina Legal*, livro-texto escrito para ser usado no ensino da cadeira de medicina legal, publicado pela primeira vez em 1938.

Podemos constatar a pretensão de Favero em fazer da medicina legal uma “ciência moral”, ou seja, de proporcionar orientações para o comportamento de modo a evitar a anomia [12]. Isso se faz patente em seu tratado:

“É inegável que esta disciplina, dentro principalmente do subsídio dos conhecimentos médicos, embora já incorpore outros, tem finalidade mais extensa, mais vasta, de ação social. Assim, não mais atua, apenas, no esclarecimento de certas questões de processo civil ou criminal, nem tampouco, somente em aplicações forenses. Hoje a medicina legal age ou deve agir pela aplicação dos conhecimentos médicos biológicos na elaboração e execução de leis que deles carecem.” [13]. (Fávoro, 1958, p. 10, grifos do autor)

Mais ainda, Favero que buscava legitimar a sua área, argumentando sobre a importância da medicina legal para outras áreas médicas e não médicas, tais como a higiene e o direito, e sua afinidade com as novas tecnologias [4]. Dizia ele:

“À medicina não compete apenas estudar as moléstias em todas as suas modalidades e estabelecer os diversos processos terapêuticos, orientando-os de molde a restituir ao doente, indivíduo, a saúde perdida, como realiza ou deseja realizar a *medicina curativa*. Incumbe-lhe também prevenir os agravos à saúde do indivíduo isolado e principalmente dos indivíduos em conjunto, constituídos agrupamentos, esclarecendo os administradores públicos nos problemas de proteção à saúde, mister da *higiene*, e, finalmente, a missão de orientar os legisladores e magistrados na elaboração e aplicação das leis civis e penais do meio coletivo, como faz a *medicina legal*.” (grifos do autor). (Fávoro, 1938: 13 apud Mota e Schraiber, 2009: 354) [4].

Vemos que havia a genuína preocupação com a definição do “conteúdo original” da medicina legal, ou seja, o conhecimento e as questões próprias da disciplina, que não deveriam ser objeto das demais especialidades. Ao mesmo tempo que se batia pela delimitação do campo médico-legal, Favero defendia a importância da presença da medicina legal no currículo médico, com obrigatoriedade de ensino para todos os alunos. Segundo ele, “todo médico tem a obrigação de ser perito (...)” [14]. O trabalho de perícia era uma das chaves definidoras da medicina legal e deveria ser exercido não apenas nos casos criminais, mas também nos de acidentes de trabalho. Para Favero, a medicina legal era perícia. Por isso teria nascido e se desenvolvido.

Influenciada decisivamente pela biotipologia lombrosiana, a medicina legal reivindicava o “direito de examinar”. Seguiu-se o preceito de que o ato antissocial era uma doença e cabia ao exame médico identificar, tratar e prevenir tal patologia [15]. Mas havia mais: o “direito de examinar” ligava-se ao trabalho de consolidação da especialidade, o que seria mais fácil se seus objetos e atribuições estivessem claramente definidos. Assim, o trabalho de perícia deveria pertencer exclusivamente ao perito médico-legal, posição defendida firmemente por Flaminio Favero.

Essa preocupação com o rigor do trabalho pericial, aliado ao uso das técnicas laboratoriais, aponta para uma medicina legal que caminhava para a profissionalização e buscava obter reconhecimento através da demonstração de sua capacidade técnico-científica. Como assinala Antunes [12], a medicina legal abandonou paulatinamente os “factos morais” e a atenção dos médicos-legistas voltou-se para os aspetos técnicos das perícias.

As peças em cera produzidas por Augusto Esteves compuseram essa estratégia de fortalecimento técnico da atividade pericial e de delimitação dos objetos e métodos de inter-

venção da medicina legal paulista. Seguindo o livro-texto de Flaminio Favero, podemos verificar que a ceroplastia de Augusto Esteves deu concretude ao “programa” proposto por aquele médico para a medicina legal paulista. Quase todos os temas foram abrangidos, sem esgotá-los, pela ceroplastia. Apenas a hematologia, a criminologia, a psicopatologia, a medicina profissional e a ética médica não foram contempladas, por tratarem de questões eminentemente teóricas. Mas o resto ganhou forma através da ceroplastia.

Conclusões

Procuramos indicar os usos e a importância da ceroplastia na consolidação da dermatologia e da medicina legal em São Paulo. Não há como apurar todas as formas de utilização das peças, mas ficou evidente que sua função precípua era didática. Durante vários anos, elas foram utilizadas nas aulas de dermatologia e medicina legal. Augusto Esteves produziu também outros tipos de material didático, tal como pranchas (desenhos e gravuras) para o ensino de aspectos da medicina forense.

O uso museológico veio bem mais tarde. Em 1980, por iniciativa de Carlos Silva Lacaz (1915-2002), diretor da Faculdade de Medicina entre 1974 e 1978 e idealizador do

Museu do Museu Histórico da Faculdade, criou-se o Museu Ceroplástico Augusto Esteves, composto pelas peças produzidas na cátedra de dermatologia. Anos depois, por conta de reformas no prédio da Faculdade de Medicina, a exposição foi desmontada e as peças foram armazenadas por Lacaz no Museu da Faculdade de Medicina, onde ainda hoje permanecem.

As peças revelam a intenção de intervir na sociedade e tornam concretos quais seriam os objetos desta intervenção. Do ponto de vista histórico, cremos que este é o aspecto mais relevante que emerge do estudo das peças ceroplásticas. Mesmo tendo perdido o seu papel didático e relegadas ao esquecimento, as peças ceroplásticas ganham hoje relevância dentro do campo da história da ciência. Como indicava Schnalke [16] há mais de uma década, as coleções ceroplásticas foram recuperadas e transformadas em objeto de estudo de historiadores da ciência e da medicina, que nelas viram importantes fontes para a compreensão da formação das especialidades médicas e da representação do corpo e de suas doenças.

4 - Em 1922 houve a Primeira Conferência Paulista de Medicina Legal e Criminologia. Em 1937 ocorreu a Primeira Semana Paulista de Medicina Legal. A Segunda Semana foi realizada três anos depois, em 1940.

Bibliografia

1. Donnangelo MCF (1983). Apresentação. In: Nunes ED. Medicina Social: aspectos históricos e teóricos. Global, São Paulo, Brasil.
2. Benchimol JL (2003). História da medicina e da saúde pública: problemas e perspectivas. In: Andrade, AMR (org). Ciência em perspectiva: estudos, ensaios e debates. MAST/SBHC, Rio de Janeiro, Brasil.
3. De Certeau M (2000). A operação historiográfica. In: A escrita da história. 2ª. Ed. Forense Universitária, Rio de Janeiro, Brasil.
4. Mota A, Schraiber LB (2009). Mudanças Corporativas e tecnológicas da Medicina Paulista. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, 16 (2): 345-360.
5. Marinho MG (2001). Norte-americanos no Brasil: uma história da Fundação Rockefeller na Universidade de São Paulo, 1934-1952. Fapesp, São Paulo, Brasil.
6. Lacaz CS (1993). Museu Ceroplástico “Augusto Esteves”. Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical, 26 (2): 125-126.
7. Rivitti EA, Festa Netto C (2012) Departamento de Dermatologia. In: Mota A, Marinho MG. Departamentos da Faculdade de Medicina de São Paulo: memórias e histórias. Faculdade de Medicina/USP, São Paulo, Brasil.
8. Darier J (1928). Précis de dermatologie. 4ª. Ed. Paris: Masson.
9. Pupo JA. Carta enviada para Jean Darier em 12 de julho de 1929. São Paulo, data [mimeo]. Fundo João de Aguiar Pupo - Museu Histórico “Prof. Carlos da Silva Lacaz” - FMUSP. Tradução própria.
10. Meira AR, Battistella LR (2012). Departamento de Medicina Legal, Ética Médica e Medicina Social do Trabalho. In: Mota A, Marinho MG. Departamentos da Faculdade de Medicina de São Paulo: memórias e histórias. Faculdade de Medicina/USP, São Paulo, Brasil.
11. Ferla L (2009). Feios, sujos e malvados sob medida: a utopia médica do biotermínio. Alameda, São Paulo, Brasil.
12. Antunes JLF (1999). Medicina, leis e moral: pensamento médico e contemporâneo no Brasil (1870-1930). Ed. Unesp, São Paulo, Brasil.
13. Favero F (1958). Medicina Legal, (1ª vol). Martins Fontes, São Paulo, Brasil: 10.
14. Favero F (1940). Memorial ao Colendo Conselho Técnico-Administrativo da Faculdade de Medicina da Universidade de S. Paulo, 10/10/1940. Fundo Flaminio Favero, Museu Histórico da FMUSP.
15. Ferla L (2005). O trabalho como objeto médico-legal em São Paulo dos anos 1930. Asclepio, 57 (1): 237-263.
16. Schnalke T (1993). A brief history of dermatologic moulage in Europe – Part III: Prosperity and decline. International Journal of dermatology, 32 (6): 453-463.